

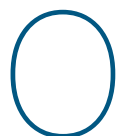
CULTURA

Docentes universitários realçam "excecionalidade científica e patrimonial" dos vestígios islâmicos na Sé de Lisboa

04.10.2020 às 20h01



As escavações arqueológicas no claustro da Sé lisboeta revelaram vestígios do que seriam os vestiários do balneário da mesquita almorávida, do século XII, e uma área base do minarete



s professores universitários na área da arqueologia garantem que os vestígios arqueológicos encontrados na Sé de Lisboa "são inequívocos quanto à excecionalidade científica e patrimonial dos achados".

"Cumpre-nos sublinhar que os dados conhecidos até ao momento são inequívocos quanto à excecionalidade científica e patrimonial dos achados, tratando-se de estruturas associadas ao complexo da mesquita maior da cidade de Lisboa em época islâmica, singulares no contexto nacional e relativamente raros no panorama europeu", afirmam os professores universitários, que consideram "impensável" que se destruam estruturas anteriores à construção da Sé de Lisboa.

"É impensável que um projeto de valorização de um monumento nacional, como é a Sé de Lisboa, destrua as suas preexistências", enfatizam.

Os professores, entre eles, Jorge de Alarcão, referem que "já há anos se conheciam vestígios deste período no claustro da Sé, não tendo, contudo, sido possível interpretá-los cabalmente".

"As imagens até agora divulgadas mostram vários compartimentos de grande monumentalidade, ocupando uma área e com um grau de preservação assinaláveis, tornando imperiosa a sua conservação e desejável a sua valorização", lê-se no comunicado hoje divulgado.

Os professores afirmam-se "disponíveis" para "ajudar a encontrar as melhores soluções", salvaguardando as estruturas islâmicas.

Sobre esta questão, o diretor-geral do Património Cultural, no passado dia 29 de setembro, disse à agência Lusa que preconizava "uma solução de salvaguarda do património, por exumação, desta estrutura parcial".

A questão motivou já um requerimento da deputada não inscrita Cristina Rodrigues (ex-PAN) e o PCP dirigiu à ministra da Cultura, através do parlamento, uma pergunta sobre "a preservação das estruturas de extraordinário valor patrimonial, histórico e arqueológico, correspondentes à antiga mesquita de Al-Usbuna".

O Bloco de Esquerda (BE) apresentou um requerimento, para uma "audição urgente" da ministra Graça Fonseca, e do diretor-geral do Património Cultural sobre "a destruição planeada" dos vestígios arqueológicos da antiga mesquita islâmica, localizados na Sé Patriarcal de Lisboa, e cujo valor cultural "não tem paralelo na península Ibérica".

O alerta foi dado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ) e o Fórum Cidadania Lisboa que exigiram, em comunicado que a Direção-Geral do Património Cultural divulgue os documentos que justificam a "destruição" de estruturas da antiga mesquita sob a Sé de Lisboa.

"Não se pode destruir um elemento patrimonial tão importante, do ponto de vista histórico, patrimonial, da cidade de Lisboa; é impossível aceitar uma coisa dessas, principalmente no âmbito de um projeto que o visa valorizar. É uma contradição absoluta e inaceitável", afirmou à agência Lusa a arqueóloga Jacinta Bugalhão, do STARQ

Os professores universitários, entre eles, José d'Encarnação e Ana Margarida Arruda, referem que "em Portugal afirmou-se globalmente nos últimos anos o princípio da conservação pelo registo, em que os achados arqueológicos são eliminados de forma sistemática em operações de reabilitação urbana, de saneamento" ou outras como a da construção de equipamentos públicos, mas, realçam, "num equilíbrio sempre frágil entre a preservação do passado e as necessidades prementes do presente".

A questão dos achados no claustro da Sé de Lisboa "é o de um projeto de valorização patrimonial, pelo que é paradoxal a eliminação de estruturas desta importância", afirmam os professores que defendem ser "de rejeitar em absoluto a ideia de deslocalização dos vestígios, uma prática abandonada há muitas décadas pelas mais elementares normas internacionais".

"Não é igualmente sustentável que a preservação dos vestígios ponha em causa a integridade da Sé, tendo a engenharia mostrado, em vários pontos da Europa, as possibilidades de compatibilização em situações idênticas à presente", atestam os professores considerando que "é sempre viável o seu aterro, regressando-se à situação prévia à deste projeto garantindo, deste modo, a preservação destes achados singulares para gerações vindouras".

O documento é assinado por cerca de 50 professores das várias universidades portuguesas, entre eles, Amílcar Guerra, Carlos Fabião, Catarina Tente, Francisco Caramelo, Helena Catarino, João Zilhão, Jorge Custódio, Jorge de Oliveira, Mário Barroca, Nuno Bicho, Rodrigo Banha da Silva, Rui Centeno, Rui Morais e Victor S. Gonçalves, além de Jorge de Alarcão, Ana Margarida Arruda e José d'Encarnação.